

XVI Congresso Brasileiro de Sociologia
10 a 13 de setembro de 2013, Salvador (BA)

GT04

Conflitos socioambientais

“Dendê Familiar?": conflitos e contradições na política de produção do biodiesel

AUTORES

Clarissa Santos/ UFPA

Aquiles Simões/ UFPA

Marc Piraux/ UFPA

Thayana Andrade/UFPA

Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu.

RESUMO

Busca-se nesse artigo analisar os impactos socioambientais decorrentes da expansão da cultura do dendê no Baixo Tocantins/Pará. A pesquisa foi realizada nos municípios de Mojú e Tailândia que juntos concentram mais de 50% da área total plantada de dendê na região. Foram entrevistadas famílias que mantêm contratos com as “empresas do dendê” nas localidades Calmaria II e Nova Paz, assim como outros atores implicados nessa relação contratual. O padrão de exploração baseado no extrativismo do açaí e da pesca e no desmatamento para a retirada da madeira e implantação de roças de mandioca, arroz, milho e feijão, coloca-se frente ao modelo de desenvolvimento calcado no agronegócio, impondo um novo arranjo produtivo, mediado pelo Estado, baseado na relação empresa-comunidade. O Governo estimula a integração da agricultura familiar ao agronegócio do dendê, através de políticas como o Pronaf Eco, o Plano Nacional de Produção e uso do Biodiesel, o selo combustível social e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma. Essa intervenção incide sobre o ambiente, as relações sociais, econômicas e políticas locais, mobilizam e constroem grupos de atores, constituem novas legitimidades e demandas e definem novos territórios e territorialidades. Além de preconizar a coexistência do agronegócio com a agricultura familiar, a implantação do dendê impõe um padrão homogêneo de produção tornando as famílias dependentes do pacote tecnológico, colocando-as na condição de empregadas, porém sem direitos trabalhistas.

INTRODUÇÃO

O Brasil vem despontando nos últimos anos como um ator decisivo no que se refere ao questionamento do monopólio do petróleo como principal fonte de energia, uma vez que, segundo Abramovay e Magalhães (2007), o Brasil vem despontando internacionalmente como uma referencia no estudo e produção de bioenergia. É nesse cenário que a cultura do dendê emerge como uma possibilidade nesse processo de substituição do petróleo a longo prazo por uma energia de fonte renovável.

A intensificação da produção do dendê já é uma realidade nacional, principalmente quando analisamos a expansão desta cultura no estado do Pará, uma vez que dados do IBGE (2012) apontam que o estado do Pará responde por 82,87% da produção nacional de cachos de frutos frescos (cff) de palma de óleo do País, distribuídos principalmente em 15 municípios, a saber: Acara, Aurora do Pará, Baião, Bujaru, Cameta, Castanhal, Concórdia do Pará, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Irituia, Mocajuba, Moju, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-Açu. Mas o que realmente queremos destacar é o processo constante da integração dos agricultores familiares nesta nova

dinâmica produtiva o que vem ampliando consideravelmente a área ocupada pela cultura no território paraense.

Muitas são as causas que explicam o fato de a região paraense ser atualmente o maior produtor brasileiro de óleo de palma, tais como: aspectos climáticos altamente favoráveis a cultura, amplas áreas com aptidão para o desenvolvimento desta cultura, elevada produtividade por unidade de área, abundância e baixo custo de mão de obra local (Müller ,1980).

Entretanto a dinâmica que tem se revelado decisiva para este processo tem sido a criação de um conjunto de medidas governamentais que alavancam o dendê como um protagonista do programa agroenergético do MDA, no qual a institucionalização do dendê na Amazônia como matéria-prima para biodiesel, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), ganhou mais consistência a partir de três iniciativas do governo federal levadas a cabo ainda em 2010: a publicação do Zoneamento Agroecológico da Palma, a proposição de um projeto de lei para regulamentar aspectos ambientais da dendeicultura, e um programa de incentivos para a produção de palma – o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo -, com itens dedicados à inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva.

Dessa forma, no Pará foi criado um dos chamados “Pólos de Produção de Biodiesel” – principal estratégia da pasta para promover a inclusão de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel –, abrangendo 37 municípios prioritários para investimentos na dendeicultura. Paralelamente, o governo criou uma linha especial de financiamento para o dendê (Pronaf Eco), direcionou a regularização fundiária, por meio do programa Terra Legal, para os potenciais produtores de dendê (dada a importância da titulação das terras para o acesso ao crédito), e tem participado ativamente das negociações, junto ao setor empresarial, das condições para a expansão de iniciativas na área.

Atualmente várias empresas já se instalaram no Pará e juntas ocupam cerca de 80 mil hectares de dendê. Segundo o relatório intitulado “Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará”(2012) realizado pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da Repórter Brasil no que se refere aos projetos de expansão, a Agropalma, a maior e mais estruturada delas, quer

Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu.

chegar a 51 mil hectares até 2015. No mesmo período, a Denpasa quer chegar a 10 mil hectares, e a Dentauá deve manter estáveis os seus atuais 5,6 mil hectares. A Marborges quer cultivar 5,5 mil, e a Palmasa, 5 mil hectares.

As empresas que chegaram mais recentemente ao Estado têm planos mais audaciosos. A Biovale – *joint-venture* da canadense Biopalma com a mineradora Vale –, que iniciou seus cultivos em 2008, pretende chegar aos 80 mil hectares em 2016. A Petrobrás fala em 70 mil hectares até 2018, e a multinacional norte-americana ADM estabeleceu como meta começar com 21 mil hectares já no ano passado.

É importante frisar que segundo o relatório da Repórter Brasil(2012) devido à grande demanda das indústrias alimentícia e de cosméticos para o óleo de dendê, apenas a Agropalma (entre todas as empresas que atuam no Pará) destinou, até meados de 2010, uma pequena porcentagem da sua produção ao biodiesel. Isso significa que o sucesso do projeto agroenergético do governo dependerá, pelo menos no curto prazo, dos novos empreendimentos. Fato este que juntamente com a necessidade de se obter o Selo Combustível Social por parte das empresas ligadas ao agronegócio do dendê, certamente definirá a inserção progressiva dos agricultores familiares nessa produção. Uma vez que o Selo Combustível Social é um componente de identificação criado a partir do Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004, concedido pelo MDA ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios descritos na Portaria nº 60 de 06 de setembro de 2012. O Selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf, gerando assim uma gama de benefícios entre eles, ter acesso as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel.

Esta projeção de uma dinâmica progressiva da inserção dos agricultores familiares na produção do dendê nos faz refletir como estes sujeitos do campo serão enquadrados em um novo ritmo de produção e reprodução social e em que condições esta inserção tem ocorrido e tende a ocorrer nos próximos anos e quais as reflexões socioambientais desse processo? E justamente em função de tais questionamentos que se assentam nossas principais indagações

Será possível a coexistência, nas situações postas, de dois modelos não só diferentes, mas também e, sobretudo divergentes na sua forma de ver e viver o território como os modelos da agricultura familiar e do agronegócio? Ou estamos diante da sinalização da aglutinação de um pelo outro? Nesse campo de força quem estará mais preparado política, econômica e socialmente para disputar suas demandas e visões de mundo?

Nosso objetivo está longe de ser o da criação de um cenário alarmante mas sim o de indagarmos a nós mesmos quais os caminhos que se desenham e quais as contribuições que a longo prazo estamos dispostos a construir para a concretização da possibilidade de uma disputa mais justa e igualitária nesse campo de forças, no qual a agricultura familiar necessita de um maior poder de barganha para enfim negociar também os seus interesses sem simplesmente só se encaixar nos modelos pré-definidos e definidores do agronegócio.

METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente trabalho se assenta primordialmente nos trabalhos de campo realizados nas comunidades de Calmaria II e Nova Paz, nos quais foram desenvolvidas entrevistas com as famílias agricultoras que já estão inseridas na cultura do dendê e também com aquelas que por algum motivo ainda não se inseriram, vale destacar que também foram entrevistadas pessoas relacionadas diretamente às empresas e empreendimentos do dendê: diretores e/ou agentes locais representantes dos interesses de grupos ou empresas dendeicultoras. E com representantes do município, sobretudo secretário de agricultura, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, dentre outros que se relacionam com a dendeicultura. Também lançamos mão de fontes secundárias, documentos disponibilizados pelos agricultores como contratos, documentos do Banco da Amazônia e pesquisas bibliográficas referentes aos dados já pesquisados acerca da dendeicultura na Região para basear nossas reflexões.

Nas reflexões que se seguem ao longo deste trabalho propomos um breve debate a cerca da política do biodiesel e o papel do Estado, a partir da implantação de políticas públicas que visam o incentivo da inserção das famílias agricultoras no cultivo do dendê ; a expansão da cultura do dendê no

território paraense; e por fim um debate a cerca dos reflexos desta nova dinâmica no cotidiano das famílias agricultoras das comunidades estudadas

O BIODIESEL, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ATIVIDADE DENDEÍCOLA NO PARÁ

a. O biodiesel

O discurso da sustentabilidade a nível mundial vem ao longo dos tempos sendo apropriado para os mais diversos fins que se possam imaginar, criando novas demandas e direcionamentos diversos daqueles que se dizem preocupados em garantir a reprodução social das gerações futuras.

Nesse cenário surge então a construção de um novo vocabulário para ser incorporado por aqueles que passam a adotar o discurso da sustentabilidade. Entre tantas expressões utilizadas destacam-se os três ERRES - reutilizar, reciclar, reaproveitar- e a expressão substituição que vem ganhando força dia-a-dia. É justamente embasada na ideia da substituição que se assenta a busca pela produção de um biocombustível derivado de fontes renováveis para então se chegar a substituição do petróleo.

A ideia de substituir o petróleo e seus derivados ocorreu devido às crises do petróleo nas décadas de 1970 e 1980, ocasionadas pelos conflitos no Oriente Médio. Esta crise gerou insegurança no abastecimento e rápida elevação no preço do barril de petróleo.

Devido à situação de dependência das importações deste produto, o Brasil iniciou um programa denominado “Programa Nacional do Álcool” - (Proálcool), que foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto 76.593, visando substituir parte da gasolina utilizada na frota nacional de veículos com motores movidos a álcool, por álcool hidratado, bem como utilizar este produto como aditivo à gasolina, tornando sua combustão menos poluente.

O biodiesel foi introduzido na matriz energética através da Lei nº 11.097/05, que determina percentuais mínimos de mistura de biodiesel ao diesel e o monitoramento da introdução do novo combustível no mercado.

O biodiesel é um biocombustível obtido a partir de fontes renováveis, que vem sendo utilizado como fonte energética em transportes e geração de energia elétrica, tendo como principais vantagens o menor grau de poluição e impacto no processo de aquecimento terrestre, sendo um importante substituto

do óleo diesel, um dos produtos oriundos do petróleo utilizado nos motores de ciclo diesel.

Entre as principais culturas agrícolas utilizadas na fabricação de biodiesel pode – se citar o algodão (*Gossypium hirsutum* L.), milho (*Zea mays* L.), babaçu (*Orrbignya speciosa* (Mart.) Barb. Rodr.) e dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.). Porém, destes, o óleo de dendê está entre os mais qualificados para a produção de biodiesel, devido sua composição, produtividade elevada, baixo custo, distribuição da produção ao longo de todo o ano e oferta regular e crescente.

b. As políticas públicas voltadas para a cultura do dendê na região amazônica

Devido à atuação brasileira nos mercados nacional e internacional, foram criados vários projetos e políticas públicas visando fomentar a cultura do dendê no Brasil e Região Amazônica, os quais tem sua implantação justificada pelo governo federal e estadual por meio do discurso de que contribuiriam para melhorar a vida dos agricultores, através da geração de renda e ocupação, colaborando desta forma para melhorar a qualidade de vida desse estrato social.

Neste cenário insere – se o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel-PNPB, lançado no ano de 2004, além da inserção de um projeto piloto no Estado do Pará implantado em 2002, visando à participação da agricultura familiar. Este projeto surgiu da parceria entre o Governo do Estado do Pará na figura da Secretaria de Estado da Agricultura- SAGRI, Banco da Amazônia S.A.- BASA, Instituto de Terras do Pará – ITERPA e Prefeitura de Moju. Com o propósito de implementar o “Programa de dendê no nível da agricultura familiar”, no ano 2000 foi firmada uma “Carta Compromisso”, entre os principais atores responsáveis pelo fomento do setor rural no estado do Pará.

No início de 2002, o Governo Estadual, Prefeitura do Moju, Agropalma e o Banco da Amazônia firmaram um “Convênio de Cooperação Técnica” com as bases do “Projeto piloto da cultura do dendê no município de Moju” onde se estabeleciam os fundamentos para deslanchar o cultivo do dendezeiro com a inserção da mão – de - obra da agricultura familiar. (BASA, 2012).

Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu.

No ano de 2010, o governo federal lançou o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, com o objetivo de disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis. Este programa institui diretrizes para o plantio e financiamento do dendê em propriedades de pequeno, médio e grande porte, além de estabelecer a proibição de supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para o plantio de palma e a vedação de licenciamento ambiental para indústrias que utilizem como insumo, palma de óleo cultivada em áreas não indicadas pelo zoneamento agroecológico.

Com o objetivo de estabelecer o compromisso do Estado com as empresas signatárias com os princípios e critérios necessários à sustentabilidade econômica e socioambiental da cadeia de produção de óleo de palma no Estado do Pará, no ano de 2010 foi estabelecido um Protocolo Socioambiental para a produção de Óleo de Palma no Estado, o qual foi assinado por oito das doze empresas atuantes no Estado (Novacon Reflorestadora Indústria e Comércio de Madeiras Ltda., Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma (Biovale), Agroindustrial Palmasa S/A, Dendê do Tauá - Dentauá, Dendê do Pará S/A - Denpasa, Galp Energia - Portugal, Marborges Agroindústria S/A e Petrobrás Biocombustível).

Entre as diretrizes do Protocolo é instituído o não estabelecimento de novos empreendimentos produtivos em áreas cujo desmatamento da cobertura florestal primária tenha sido realizado após o ano de 2006, a integração de agricultores familiares e produtores de pequeno, médio e grande porte ao processo produtivo, a adoção de relações de trabalho pautadas pelo respeito, confiança, comprometimento e respeito às normas da legislação trabalhista, o não estabelecimento de plantios em áreas de populações indígenas, tradicionais e quilombolas, sem o seu livre, prévio e informado consentimento e que sejam evitadas a implantação de áreas produtivas em monoculturas.

Porém uma ação merece o nosso destaque, pois para apoiar a expansão do cultivo do dendê, voltado principalmente para produção de agrocombustíveis, o governo federal implantou em 2010 uma linha de crédito ligada ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu.

direcionada exclusivamente para o incentivo a produção do dendê intitulado como PRONAF-Eco Dendê. Logo passou a ser conhecido e intitulado como a Linha de crédito para investimento em energia renovável e sustentabilidade. Porém tais denominações vêm sendo questionadas com o passar dos anos.

De acordo com o BASA, o programa dispõe atualmente de R\$ 124,8 milhões só para a cultura – o equivalente a 93% dos gastos de todo o Pronaf em 2012 no Pará, que foram de R\$ 134,1 milhões. A expectativa é que, com 10 hectares, no pico produtivo – que se estende do quinto ao Décimo oitavo ano de vida das palmeiras – a renda dos agricultores com a produção giraria em torno de R\$ 2 mil mensais segundo estudos realizados Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Mas alguns estudos como o relatório “Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará” realizado no ano de 2012, pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil aponta que os cálculos apresentam algumas distorções entre o que diz os cálculos positivos divulgados pela Embrapa em parceria com a empresa Dendê do Pará S.A. (Denpasa) em 2010 e o que se observa na prática, se fossem aplicados ao pé da letra em 2012.

Segundo este relatório, além da inflação dos últimos três anos, que aumentou os custos com insumos, mão-de-obra, equipamentos de proteção individual, instrumentos de trabalho (como pulverizadores) e horas-máquina, muitos agricultores produzem bem menos e utilizam bem mais agrotóxicos, mão-de-obra e outros itens do que o previsto pela Embrapa.

Então o que se observou por ocasião do relatório é a ascensão de uma atividade produtiva apoiada por uma política pública específica que vem causando inúmeros efeitos para as famílias agricultoras entre eles: impactos ambientais, como contaminação de igarapés, e impactos econômicos, inclusive com influência na alta de preços de outros produtos locais, como a farinha de mandioca, devido à substituição de roçados tradicionais pela do dendê que já acena para um cenário de monocultura. Os reflexos também atingem a própria segurança alimentar dos moradores das comunidades, com profundas alterações sociais até mesmo nos seus modos de vida, onde pequenos

agricultores são transformados em trabalhadores assalariados – muitas vezes em condições precárias.

Partindo de tais reflexões destacamos a emergência do processo de descaracterização do modelo de produção familiar tão característico das comunidades camponesas, ponto este que para nós merece uma especial atenção. em função do que isso pode representar a longo prazo para aqueles que criam e recriam o espaço agrário paraense.

c. Pará: o maior produtor de dendê no Brasil

O dendê (*Elaeis guineenses*, Jacq.) é uma palmeira de origem africana que chegou ao Brasil no século XVI e se adaptou no litoral do sul da Bahia (SUFRAMA, 2003). Na região Norte, o primeiro plantio comercial foi instalado no município de Benevides, em 1968 (SUFRAMA, 2003), sendo posteriormente levado para outros municípios paraenses, como Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, e Ananindeua.

Esta evolução é justificada pelo incremento dos investimentos no setor, visando à produção de biocombustível, a qual é voltada principalmente para consumo interno brasileiro, tendo em vista que o Brasil é um grande importador de produtos oriundos do dendê, a exemplo do óleo de palma e palmiste. O óleo de palma, extraído do dendê, tem ocupado nos últimos anos, lugar de destaque na produção mundial de óleos e gorduras. Prova disso foi o expressivo crescimento experimentado na participação deste produto no mercado mundial. O dendezeiro é a oleaginosa de maior produtividade conhecida no mundo, podendo fornecer anualmente de quatro a seis toneladas de óleo por hectare (Müller, 1980). Comparado à situação de outros óleos, a do óleo de palma o coloca como o produto industrial-oleaginoso de maior potencial mercadológico no futuro próximo (SUFRAMA, 2003).

Nesse cenário de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do ano de 2009 o Brasil ocupa o 13º lugar no que se refere a produção mundial, lista esta encabeçada pela Indonésia, Malásia e Tailândia. Na América Latina ocupa o 3º lugar depois da Colômbia e Equador. Porém, é necessário salientar que a quase totalidade da produção de óleo de palma brasileiro é destinada ao abastecimento do mercado interno para produção de produtos e subprodutos do dendê.

Nos últimos anos tem ocorrido um crescimento expressivo da participação de produtos oriundos do dendê no mercado mundial, para diversos usos, mais especialmente para a produção de biocombustíveis, tendência que também é reproduzida no Brasil, o qual figura entre os grandes importadores de produtos como óleo de palma e palmiste.

Até meados de 2009 os dendezaís paraenses estavam ligados a áreas de empresas de grande porte como Denpasa, Marborges e Agropalma. Esta realidade vem sofrendo alterações desde 2011, a partir do aumento das adesões de pequenos produtores ao plantio da cultura, com o apoio de políticas públicas de incentivo à dendeicultura. Porém, é importante salientar que a produção acaba por ser revertida a algumas destas corporações, devido ao fato de que os agricultores na maioria das vezes ficam atrelados a estas empresas através dos contratos firmados entre ambos.

Entre os Estados brasileiros, o Pará é o maior produtor, responsável por aproximadamente, 85% do óleo de palma produzido no país e 0,6% no mercado mundial, o que correspondeu a 78 mil toneladas em 1999 (SUFRAMA, 2003). Uma das maiores empresas produtoras de dendê, a Agropalma, está alocada no Estado do Pará e respondeu no ano de 2009 por 70% de toda a produção nacional.

Visando suprir esta demanda, ocorreu o aumento dos incentivos voltados a este segmento, favorecendo a partir de 2000, a implantação de dendezaís em novas áreas.

Em 2010, o município de Tailândia foi o principal produtor de dendê do Estado, sendo responsável por 42,57% e 34,85% do total produzido, respectivamente, no Pará e Brasil. Em conjunto com o Acará (17,50%) e Moju (13,34%) representaram cerca de 73,39% da quantidade produzida dessa cultura no Pará e 60,09% da nacional.(BASA,2012)

Nesses municípios concentram-se os plantios da Agropalma e Marborges. A Belém Bioenergia Brasil (Petrobras Biocombustível) e Biopalma (Vale) também atuam nessa área, o que deverá expandir, bastante, o cultivo nessa área, principalmente em Tailândia. Hoje a área cultivada com palma de óleo, no Estado do Pará, ocupa cerca de 150 mil ha (Junho 2012) e conta com

mais de 10 empresas instaladas, sendo a Agropalma uma das pioneiras e mais estruturada, com planos de chegar a 51 mil ha até 2015. (BASA,2012)

A inserção de pequenos agricultores no processo produtivo do dendê tem contribuído de forma significativa para o crescimento deste setor no Estado do Pará. Assim, o processo de desenvolvimento da produção de dendê ocorreu principalmente devido ao aumento dos incentivos do Governo Federal, sobretudo na forma de políticas públicas de fomento à produção desta espécie em larga escala.

DENDÊ FAMILIAR? A DESCARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO PARAENSE

A fim de entendermos de maneira aprofunda o que vem ocorrendo com a inserção da agricultura familiar na atividade produtiva do dendê chamamos a atenção para a necessidade de compreendermos inicialmente os termos família e agricultura familiar. No que se refere a famílias lançamos mão de algumas reflexões tecidas por autores como Wolf (1970), Heredia (1979), Saraceno (1992) e Stropassolas (2006) que apesar de discutirem objetos e contextos diferenciados, contribuem significadamente com esse debate através de discussões de aspectos sociais da sociedade rural a partir do estudo da família camponesa.

De acordo com o que teorizam os autores supracitados ao refletirem sobre família, trabalho e economia compreendemos que o termo família apesar de polissêmico por ganhar significados diversos ao longo do tempo, configura-se como uma categoria relevante quando se busca discutir os aspectos socioeconômicos do espaço rural. Neste artigo a família é considerada uma instituição que representa a reunião de pessoas ligadas por laços de parentesco e que comungam da mesma economia doméstica.

Em meados da década de 90 o termo agricultura familiar passou a ser apropriado pelo aparelho estatal como a principal categoria de ação política dentro do território agrário brasileiro. Wanderley (2009, p.156) nos auxilia na compreensão conceitual da categoria de análise agricultura familiar quando afirma ser este um conceito bastante genérico e que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares que serão definidas a partir dos diferentes modos de produzir e de se reproduzir socialmente. De uma maneira

bem geral a agricultura familiar é entendida “[...] como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

Dessa maneira, para Wanderley (2009), a estrutura produtiva se caracteriza por uma tríplice associação: família–produção–trabalho. Tal característica tende a desencadear uma heterogeneidade de possibilidades dentro de um mesmo conceito, pois a estrutura produtiva pode ser a mesma, mas o que pode vir a diferenciar os grupos dentro desta estrutura são 3 elementos: os objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidades e a forma de sua inserção na sociedade global.

Partindo desta reflexão, Wanderley (2009) afirma que o campesinato é uma das várias formas particulares da agricultura familiar, pois este está baseado também na estrutura produtiva família–produção–trabalho, e tem como principais objetivos a subsistência imediata do grupo doméstico e a reprodução da família pelas gerações subseqüentes. Logo, as estratégias de produção definidas pela família vão ser direcionadas para alcançar estes dois objetivos imediatos.

Deve-se esclarecer também que não se pode confundir o campesinato com a forma de agricultura familiar conhecida como agricultura de subsistência, uma vez que esta se detém principalmente na organização da produção visando à sobrevivência imediata, já aquele, além disso, também vincula suas estratégias produtivas ao projeto futuro da família. Ou seja, não se reduz à subsistência, mas soma-se a isto a necessidade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar. Este esclarecimento nos permite compreender a diversidade de formas sociais possíveis dentro de uma mesma categoria analítica que é a de agricultura familiar.

CARMO (1999), abordando o perfil da agricultura brasileira, se refere à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo viés da produção / rentabilidade econômica, mas leva em consideração também as necessidades e projetos de vida da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu.

Já os autores GUANZIROLI e CARDIM (2000), definem como agricultores familiares aqueles que atendem às seguintes condições: a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e família; a mão-de-obra familiar é superior ao trabalho contratado, a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país.

Segundo SCHNEIDER (1999), além das estratégias de ocupar a mão-de-obra familiar em atividades agrícolas e não-agrícolas, os agricultores familiares freqüentemente conciliam a mão-de-obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de mão-de-obra familiar, sendo que isso geralmente ocorre em casos como quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, a mão-de-obra familiar já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos) e quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva em mão-de-obra.

O mesmo autor afirma que a composição das estratégias da Agricultura Familiar depende de aspectos importantes que compõem o meio no qual os agricultores familiares estão inseridos. Assim, ao se definir a agricultura familiar contemporânea, deve-se levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada no trabalho familiar não-agrícola (pluriatividade) ou com a participação do trabalho assalariado, mas que a essência da mão-de-obra familiar (agrícola ou não-agrícola) seja preservada.

VEIGA et al. (2001) ressaltam a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro, visto que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura.

Assim, a maioria das definições de agricultura familiar adotadas em trabalhos recentes sobre o tema, baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho e as decisões no estabelecimento.

Partindo das reflexões acima desenhadas percebemos que duas características básicas e fundamentais das comunidades agricultoras têm sido descaracterizadas em função da aliança entre comunidades agricultoras e o agronegócio. A saber: o caráter familiar da produção camponesa e principalmente a perda de autonomia das decisões no estabelecimento.

NOVA PAZ E CALMARIA II

Como dito anteriormente nossas reflexões estão baseadas em duas comunidades: Nova Paz (Tailândia) e Calmaria II (Moju). Ambas as comunidades são formadas por agricultores familiares advindos de diversas áreas do Estado do Pará, principalmente do Nordeste Paraense, tendo a mandioca como uma das suas principais produções familiar, juntamente com as culturas de frutíferas, feijão entre outros produtos agrícolas de subsistência, no entanto a paisagem destas comunidades está mudando com a inserção de uma nova cultura, o dendê.

Apesar de apresentarem contrato com empresas diferentes, uma vez que em Nova Paz temos a Petrobrás Biocombustíveis e em Calmaria II a Agropalma, percebemos uma homogeneização dos contratos e desdobramentos destes para os espaços-vividos dos agricultores.

O primeiro passo para a efetivação dos contratos é a exigência que se construa na comunidade uma associação legalmente constituída, a qual caberá fazer a solicitação formal do projeto junto a empresa que em conjunto com o Banco da Amazônia S.A – BASA avaliaram as propostas para enfim efetuar a liberação do projeto.

No que se refere a área destinada ao plantio do Dendê, as empresas estão estipulando em 10 ha dentro de um total de 25 ha, por família, com a finalidade de manter a área de reserva legal (equivalente a 50% do lote), bem como destinar 2,5 ha para plantio de outras culturas, porém, no caso de Calmaria II, onde o contrato foi implementado em 2006, só foram de fato implantados 06 ha por família, apesar da oposição da empresa, que considera inviáveis projetos menores de dez hectares.

Este fato já nos indica que o número estipulado em 10 há pode sim ser reavaliado de acordo com as situações existentes em cada comunidade, pois

mesmo contra os direcionamentos da Agropalma, o cultivo de dendê tem sido possível em uma área menor do que a estipulada anteriormente.

A redução da extensão plantada deveu – se ao fato de que em visitas técnicas realizadas pelo INCRA em outros projetos implantados em etapas anteriores foi verificado que as áreas com culturas alimentares haviam sido abandonadas, assim foi feita a adoção dessa medida como forma de evitar prejuízos ao cultivo de alimentos. De acordo com a superintendência do INCRA no Pará, a Agropalma não permite o consorciamento de culturas alimentares com o dendê, o que acaba sendo uma pressão a mais sobre a segurança alimentar dos colonos.

Nas duas experiências vivenciadas percebemos que a implantação do projeto só ocorreu de fato a partir da parceria firmada entre o Governo do Estado do Pará, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal, Banco da Amazônia e as empresas, através da linha de financiamento PRONAF A, a qual previa prazo total de 10 anos, 05 anos de carência e juros de 1,15% ao ano e contrapartida não reembolsável pelo produtor de 40% na parcela da dívida.

Nestes contratos, as empresas ficam responsáveis pela logística de recolhimento e transporte do dendê das propriedades até a unidade de processamento, pelo fornecimento das mudas, fertilizantes, ferramentas e equipamentos de proteção a preço de custo, bem como assistência técnica.

Outro tema importante do contrato é a garantia de exclusividade de compra e venda a preço estabelecido pelo mercado na época da transação, de acordo com indicadores do mercado internacional e com a cotação do dólar. Essa exclusividade ficou estabelecida por um período de 25 anos, com adição de três anos de carência. Apesar de terem ocorrido tentativas de diminuição deste tempo de 25 para 10 anos de exclusividade no acordo, as empresas não aceitaram tal proposta sugerida pelo presidente da associação dos agricultores..

Frente a isto, destacamos que de acordo com a ecofisiologia da cultura do dendê, este apresenta uma boa produtividade até o 15º ano e que após esse período, começa a decrescer lentamente até o 25º ano, o que pode tornar a exclusividade de compra e venda um fator negativo pela tendência natural da planta em produzir uma menor quantidade a longo prazo, o que futuramente

poderá resultar em uma considerável diminuição da rentabilidade dos produtores..

Nos contratos, fica prevista a amortização da dívida das famílias com a empresa somente a partir do quarto ano de implantação da cultura, momento no qual o dendezeiro entra na fase de produção, além disso, foi estabelecido que 25% da renda obtida com a produção do dendê seria retida pelo banco para quitação do financiamento, afim de evitar possível inadimplência. O Banco da Amazônia entra com a formatação de uma linha de crédito específica para essa demanda, atendendo as necessidades de investimentos e custos com a mão de obra durante a fase inicial do projeto, por outro lado, seria de responsabilidade dos agricultores gerir adequadamente as plantações de palma, bem como conduzir o processo de colheita.

“... Na verdade se tu for fazer uma análise do dendê, eu pra mim não vejo o dendê como agricultura familiar eu vejo ele como agronegócio, para a agricultura familiar a maior dificuldade pra você conseguir um financiamento pra você conseguir uma DAP é uma grande dificuldade, e pro agronegócio, pro dendê foi muito fácil conseguir um financiamento. Anos e anos o movimento sindical os movimentos sociais vem numa luta pra reconquista pra fortalecer a agricultura familiar em questão da emissão de DAPs e fortalecimento dos bancos para a agricultura familiar...” (Representante do STTR, 2013).

O que se tem percebido com a realização destes contratos é a tentativa de “monopolização do território” tal como conceituou Oliveira (2004, p.42). No qual se percebe a busca pela imposição de um modelo em relação aos outros. E aqui falamos da tentativa de supressão da agricultura familiar pelo agronegócio. Esse movimento de monopolização do território pela dendeicultura transforma, conforme Wanderley (2009), o camponês em trabalhador do capital posto que, mesmo sendo proprietário, a renda da terra lhe escapa.

Quando o camponês se associa a cadeia produtiva do dendê e participa da produção como mão-de-obra familiar, mesmo não sendo destituindo do principal meio de produção, a terra, passa a produzir sob os desígnios do agronegócio, ameaçando a produção de subsistência e a sua autonomia enquanto camponês, por mais que reproduza a sua unidade familiar (OLIVEIRA, 2004).

PRINCIPAIS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Tanto em Nova Páz como em Calmaria II foi-nos relatadas algumas situações consideradas como impactantes pelas famílias agricultoras das comunidades, a partir de suas percepções e modo ver e viver o espaço agrário.

Um dos relatos refere-se a incidência de pragas e doenças em função da exploração intensiva da monocultura do dendê nos municípios estudados. Entre as pragas, maior destaque é atribuído à broca do dendezeiro causada pelo inseto *Rhynchophorus palmarum* capaz de causar danos significativos na produção. Entre as doenças, destaca-se o anel vermelho provocado pelo nematóide *Bursaphelenchus cochophilus*, e mais recentemente, tem se evidenciado casos de amarelecimento fatal (AF), doença cujo agente etiológico não foi, ainda, plenamente identificado (MÜLLER et al., 1997).

“... Se der uma crise ou uma doença, esse é o maior perigo que agente tem, o que eu penso do dendê é o seguinte: é que da praga nele também, vamos supor, hoje a empresa quer o agricultor familiar como parceiro, mais ela não dá garantia, por exemplo, não tem nenhum seguro, se de uma praga no dendê quem está ferrado é o agricultor familiar, e o pior ainda é que o financiamento está tudo nas costas do produtor, são 80 mil reais, é muito dinheiro, então é uma dívida bastante considerada e que se não poder trabalhar vai da problema, e o nosso medo é assim, a dívida tá aí, o banco vai em cima da empresa, e o que que a empresa vai fazer? Vai recolher a dívida do colono, ela vai pagar e vai ficar com a terra do colono, e aí o que que vai acontecer? O êxodo rural tá aí né? O colono pra cidade. Ele vai só servir a empresa por 25 anos, isso é complicado, se for analisar bem, tem um problema bem serio, no momento todo mundo tá querendo, mais daqui a uns 10 anos quanto todo mundo tiver plantando e o preço cair e aí? Ele tem que vender o produto, é a única coisa que ele tem, como é que ele vai se manter? O agricultor tem fidelidade com a empresa, não tem como rachar, e mais uma coisa o agricultor vai ter que fazer todo o serviço, mexer com veneno, agrotóxicos, e o dendê pega muito agrotóxico. Veja bem o funcionário da empresa tem o decimo terceiro, tem férias, tem auxílio doença, ele tem N direitos, no entanto o agricultor não tem direito nenhum e ainda dá em garantia a terra dele por 25 anos, a empresa aluga a terra dele, planta e ainda tem todos os trabalhadores da terra que eles alugarem e toda a garantia...”(Representante da SEMAGRI, 2013).

São situações como estas que nos fazem refletir a respeito do grande risco que as famílias agricultoras correm ao serem inseridas nestes contratos que não oferecem nenhum tipo de seguro contra a perda da produção acenando muito mais para o estabelecimento de um processo grave de dependência dos agricultores com relação às empresas, amputando-lhes assim, gradativamente, a liberdade nas tomadas de decisão por parte das famílias agricultoras.

Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu.

Outra preocupação que se revela latente é a questão do risco da segurança alimentar a qual os agricultores inseridos na produção do dendê estão expostos, uma vez que na dinâmica posta, as famílias agricultoras passam a produzir sob os princípios do agronegócio que entre outras coisas se assenta na prática do monocultivo. Dessa forma o risco que se tem é o do processo de substituição do alimento produzido em suas comunidades por uma monocultura do dendê, o que levaria gradativamente a perda da sua autonomia em produção de alimentos. Sendo assim o discurso da possibilidade do dendê representar mais um componente de diversificação da produção dos agricultores familiares se esvazia em função da própria dinâmica que tem se estabelecido no processo de ampliação desta cultura.

No que se refere a infraestrutura local das comunidades elas ainda se apresentam em condições precárias, uma vez que todo é qualquer melhoria fica restrita ao âmbito familiar não se expandindo para a comunidade como um todo, pois as comunidades em questão ainda amargam a carência de vários serviços de utilidade pública, tais como: saneamento básico, especialmente água tratada e encanada, falta acesso a telefone público, luz elétrica, serviços especializados de saúde e serviços de educação com instalações escolares adequadas.

Apesar de que a implantação do projeto tem contribuído para a melhoria das estradas de acesso das comunidades com finalidade para o escoamento do dendê, foi relatado que o transporte é visto como um fator de dificuldades, principalmente no período noturno, quando fica mais propenso aos perigos da estrada, situação essa que se agrava durante a época de inverno, quando as estradas ficam cobertas por lama, escorregadias e com muito buraco, o que dificulta a passagem de pessoas e veículos.

Outro impacto ambiental ocorrido especificamente na comunidade Calmaria II foi a poluição do rio Água Preta, que passa dentro da comunidade, devido à deposição de produtos químicos utilizados nas fases de limpeza e processamento dos frutos de dendê, o que tornou proibida a utilização do mesmo. Para a comunidade essa se revela como uma das principais perdas para as famílias que percebiam o rio nas suas mais diversas formas de uso,

tais como: a pesca, o uso doméstico da água do rio, o lazer e até mesmo como o local do encontro.

Nesse contexto a empresa se posicionou definindo tanto o rio como o espaço do seu entorno áreas proibidas de utilização por parte dos moradores, arbitrariedade esta que nos indica a instauração de um processo de restrição das liberdades dos indivíduos.

Tal processo vai totalmente no sentido contrário da possibilidade de construção do Desenvolvimento que para Amartya Sen (2000) deve ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais – sociais, econômicas, políticas- de que as pessoas desfrutam.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas- talvez até mesmo à maioria. (SEN, 2000, p.18)

Assim, como afirmou Sen (2000), o desenvolvimento tem que estar relacionado primordialmente à melhora de vida que levamos e às liberdades de que desfrutamos, lembrando que as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais para este.

Dessa forma a possibilidade de expansão das liberdades humanas contribui para a construção de sujeitos autônomos no processo de tomada de decisão onde ao mesmo tempo em que o indivíduo é influenciado pelo mundo, ele também o influencia.

Expandir as liberdades que temos razões para valorizar não só torna a nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p.29)

Diante das reflexões de Sen (2000) percebemos então que entre tantas contradições no processo de inserção dos agricultores familiares nas atividades dendeícolas a ideia de desenvolvimento propagada por aqueles que defendem esta expansão está longe de ser a de um desenvolvimento nas suas formas mais amplas, estando atrelado ainda ao já fadado modo de ver o desenvolvimento apenas enquanto crescimento econômico, desconsiderando assim, como no caso relatado, as liberdades que se apresentam como significativas e até mesmo essenciais para um modo de vida específico.

Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu.

PARA NÃO CONCLUIR...

Ao finalizarmos este trabalho temos a clareza de que as questões pontuadas aqui são apenas breves reflexões para um exercício inicial da construção de um debate em torno da dinâmica que vem sendo desenhada no cotidiano das famílias agricultoras da região do baixo tocantins. Dinâmica esta sinalizada pela disputa entre dois modelos de desenvolvimento: a agricultura familiar e o agronegócio.

A implantação da dendeicultura nas comunidades estudadas impôs um padrão homogêneo de produção centrado nos interesses do capital que torna o produtor dependente do pacote tecnológico e econômico da empresa e dos preços estipulados por ela. Este cenário vem colocando os agricultores em uma condição de vulnerabilidade e submissão, integrando-se na condição de mão-de-obra para a produção do dendê, dependentes das determinações das empresas sobre a forma de produção e assistência técnica, tornando esses agricultores familiares empregados, mas sem nenhum direito trabalhista.

Nesse contexto vem se desenhando um processo de descaracterização dos elementos básicos e estruturantes daquilo que defendemos e entendemos por agricultura familiar, uma vez que em função da aliança entre comunidades agricultoras e o agronegócio presencia-se, sobretudo a perda de autonomia das decisões no estabelecimento e a descaracterização do caráter familiar da produção camponesa.

Sendo assim os rumos de nossas reflexões devem ser o de possibilitar a construção de um cenário muito mais equilibrado no que se refere as decisões tomadas em todo o processo dos contratos, onde se diminua o abismo entre as necessidades e demandas das famílias agricultoras frente aos interesses das empresas do dendê. Não se quer aqui construir um debate de oposição à cultura do dendê, mas construir uma reflexão onde a parceria entre o agricultor familiar e estas empresas se revele como mais um avanço rumo a uma maior diversificação da produção das famílias agricultoras e não a imposição de mais um grilhão que cala e suprime as liberdades dos homens e mulheres do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais**. Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial(AIEA2), Londrina, jul/2007.

BANCO DA AMAZÔNIA. **A Experiência do Banco da Amazônia com Projetos Integrados de Dendê Familiar: disponível em** :http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes/institucional/arquivos/biblioteca/contextoamazonico/contexto_amazonico_22.pdf> Acessado em Janeiro de 2013.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**. 1999 Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em junho 2011.

REPORTERBRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**.. Relatório do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. São Paulo 2013. Disponível em: www.reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf .Acesso em 25 de maio de 2013.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: Trabalho e família de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Produção Agrícola Municipal. Lavoras Temporárias e Permanentes, 2010**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 de Outubro/2012.

MÜLLER, Antônio Agostinho; ALVES, Rafael Moysés. **A dendeicultura na Amazônia Brasileira**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. 44p. (Documentos, 91).

MÜLLER, Antônio Agostinho., **A cultura do dendê**. Belém, EMBRAPA-CPATU. 1980. 24 p. ilustr. (EMBRAPA-CPATU. Miscelânea, 5)

OLIVEIRA, A. U de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U de; MARQUES, M. I. M. (Orgs). **O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra. 2004. pp.29-70

Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (SORDAM), realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu.

SARACENO, C. **Família, trabalho, economia**. In: Sociologia da família. Lisboa. Editora Estampa 2ª edição, 1992.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STROPASSOLAS, W. L. **Visões do mundo rural em conflito**. In: O mundo rural no horizonte dos jovens. Editora da UFSC. Florianópolis. 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. **DENDÊ sumário executivo potencialidades regionais**. Estudo da viabilidade econômica . MDIC. Manaus 2003. V.5.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOLF, E. **Aspectos Sociais do Campesinato**. In: Sociedades camponesas. Rio de Janeiro. Zahar, 1970.

VEIGA, J. E. ; FAVARETO, A. ; AZEVEDO, C.M.A. ;BITTENCOURT, G. ; VECCHIATTI, K. ; MAGALHÃES, R. ; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**, Brasília: Convênio FIPE-IICA(MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p. Disponível em:<http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecapublicacaoID=112>.